



Linha Amarela S.A. - LAMSA
CNPJ nº 00.974.211/0001-25



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2017. Permanecemos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos necessários. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.624	36.394	Fornecedores		7.562	2.897
Contas a receber	5	14.634	16.913	Empréstimos e financiamentos	11	32.648	32.514
Estoques		570	558	Debêntures	12	37.126	38.235
Debêntures	8	12.848	12.848	Tributos a recolher	6.b	16.325	10.563
Adiantamentos		2.822	1.621	Obrigações com empregados e administradores		5.132	5.918
Partes relacionadas	8	26	100	Dividendos e Juros sobre o capital próprio	8 e 14	22.891	5.972
Outros		117	2	Partes relacionadas	8	1.881	553
Total do ativo circulante		50.641	68.436	Instrumentos financeiros derivativos	20.e	4.697	9.396
NÃO CIRCULANTE							
Debêntures	8	108.133	120.981	Outros		31	-
Partes relacionadas	8	74	-	Total do passivo circulante		128.293	106.048
Depósitos judiciais	7	5.974	3.270	NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	9	18.552	25.430	Empréstimos e financiamentos	11	19.474	50.611
Intangível	10	380.318	375.526	Debêntures	12	271.243	303.469
Total do ativo não circulante		513.051	525.207	Tributos a recolher	6.b	2.346	3.181
TOTAL DO ATIVO		563.692	593.643	Impostos diferidos passivos	6.a	5.289	4.737
				Provisão para riscos processuais	13	1.103	745
				Total do passivo não circulante		299.455	362.743
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	14.a	54.118	54.118
				Reserva legal		10.824	10.824
				Dividendos adicionais propostos		71.002	59.910
				Total do patrimônio líquido		135.944	124.852
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		563.692	593.643

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reserva Legal	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	54.118	10.824	53.042	-	117.984
Dividendos pagos por ação	-	-	(53.042)	-	(53.042)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	86.629	86.629
Dividendos antecipados por ação	14.c	-	-	(21.739)	(21.739)
Juros sobre capital próprio	14.c	-	-	(4.980)	(4.980)
Dividendos adicionais a distribuir	14.c	-	59.910	(59.910)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	54.118	10.824	59.910	-	124.852
Resultado do exercício	-	-	-	94.669	94.669
Dividendos pago por ação	14.c	-	(59.910)	-	(59.910)
Dividendos propostos	14.c	-	-	(18.498)	(18.498)
Dividendos adicionais a distribuir	14.c	-	71.002	(71.002)	-
Juros sobre capital próprio	14.c	-	-	(5.169)	(5.169)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	54.118	10.824	71.002	-	135.944

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1) Operações da Companhia

Linha Amarela S.A. ("LAMSA" ou "Companhia"), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ - Brasil foi fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. A LAMSA foi constituída sob a forma de "sociedade por ações", com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. O prazo da concessão é de 40 anos contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, encerrando-se em março de 2037, conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010. A LAMSA é controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. ("Invepar"), que detém a totalidade do capital da Companhia. Na operação da LAMSA não há o efeito de sazonalidade devido a característica da via.

O contrato de concessão da Linha Amarela estabelece que a tarifa de pedágio será reajustada anualmente, no dia 1º de janeiro de cada ano, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E. Contudo, desde o ano de 2016 até o final do exercício de 2017, o poder concedente (Município do Rio de Janeiro) não tem se manifestado formalmente quanto à homologação dos reajustes devida conforme a regra contratual, mantendo a tarifa da concessionária congelada no nível tarifário do ano 2015. Nesse contexto, a LAMSA ingressou judicialmente contra o Município obtendo na 6ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, em 13 de abril de 2017, uma decisão liminar (tutela antecipada) garantindo o cumprimento das disposições contratuais. Nesta data, a tarifa da concessionária foi corrigida pelo IPCA-E conforme preconiza o contrato, alcançando o valor de R\$ 7,00, que vem sendo cobrado normalmente dos usuários.

O reajuste referente ao ano de 2016 está sendo objeto de pleito do reequilíbrio econômico-financeiro junto ao Poder Concedente. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$77.652 (capital circulante líquido negativo de R\$37.612 em 31 de dezembro de 2016), devido, principalmente, a dívidas de financiamentos e debêntures no montante, respectivamente, de R\$32.648 e R\$37.126 ambos no curto prazo, para execução de seus investimentos, sendo o principal revitalização de obras de artes especiais da via.

A Administração, baseada nos orçamentos estima que o fluxo de caixa das operações será suficiente para cumprir com os compromissos de curto prazo. **1.2) Diligência em Acionista, Controlada e Partes Relacionadas** A Companhia é controlada integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. ("Invepar"), que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a Construtora OAS.

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão no âmbito da "Operação Lava Jato" foi realizada na sede da controladora Invepar e em sua subsidiária Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("GRUPAR"). O objetivo dos mandados em questão foi relacionado a temas específicos do acionista direto OAS e não continham qualquer referência às atividades exercidas pela Invepar ou demais controladas. Em 12 de abril de 2016, a Invepar divulgou fato relevante esclarecendo ao mercado os referidos acontecimentos. Em 10 de maio de 2016, conforme Despacho/Decisão da 13ª Vara Federal de Curitiba, a mencionada investigação foi arquivada.

No dia 5 de setembro de 2016 foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da controladora Invepar e na sede da coligada GRUPAR, no âmbito da "Operação Greenfield". A Invepar celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração da Invepar, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, no entanto, seu curso normal de negócios.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O encerramento das Demonstrações Contábeis foi autorizado pela administração da Companhia em 19 de março de 2018.

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

a) Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos por outras fontes.

2.1. Informação por segmento de negócio

A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.2. Contratos de concessão - ICPC 01 (R1) (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) ("IFRIC 12"), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. E prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo remanescente do contrato de concessão.

2.3. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável.

a) Receita de serviços

As receitas provenientes de pedágio são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 30 - Receitas. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas de construção

A Companhia é alcançada pela ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e CPC 30 (R1) - Receitas. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

A margem de construção é calculada, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCPC 05 - Contratos de Concessão.

c) Receita de juros

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

2.5. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor, e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso.

2.6. Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.7. Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados ao valor de custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação acumuladas. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.8. Intangível

Refere-se ao valor da exploração direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição e ativos relacionados à infraestrutura da concessão classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	15	267.121	258.128
Receita de construção	15	15.403	31.268
Custo dos serviços prestados	16	(66.791)	(69.799)
Custo de construção	16	(15.250)	(31.081)
LUCRO BRUTO		200.483	188.516
Receitas (despesas) operacionais Gerais e administrativas	16	(32.056)	(27.452)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		915	1.852
LUCRO ANTES DOS ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS		169.342	162.916
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras	17	19.811	48.696
Despesas financeiras	17	(48.088)	(83.643)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO		141.065	127.969
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.c	(45.844)	(41.091)
Imposto de renda e contribuição social diferido	6.c	(553)	(249)
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO		94.669	86.629
Lucro líquido básico e diluído por ação (em reais - R\$)	18	0.608	0.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	94.669	86.629
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	94.669	86.629

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
--	------	------------	------------

Lucro líquido do exercício
 | 94.669 | 86.629 |

Outros resultados abrangentes
 | - | - |

Resultado abrangente total do exercício
 | 94.669 | 86.629 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
--	------	------------	------------

Lucro antes dos impostos e contribuição
 | 141.065 | 127.969 |

Ajustes:

Depreciação e amortização
 | 22.004 | 18.206 |

Baixa de imobilizado e intangível
 | 117 | 233 |

Adição de imobilizado/intangível não liquidado
 | (2.382) | - |

Margem de construção
 | (153) | (187) |

Provisão para riscos
 | 359 | 211 |

Ajuste de operações de hedge
 | (4.699) | 12.162 |

Perda recebíveis
 | (5.973) | (3.803) |

Variações monetárias e encargos, líquidos (Aumento) redução nos ativos operacionais:

Contas a receber de clientes
 5 | 8.252 | (2.343) |

Estoques
 | (12) | - |

Despesa antecipada
 | - | 582 |

Depósitos judiciais
 7 | (2.704) | (2.19) |

Adiantamentos
 | (1.201) | - |

Parte relacionada
 8 | - | 3.662 |

Indenização de seguros
 | - | 7.799 |

Outros
 | (115) | - |

Aumento (redução) nos passivos operacionais:

Fornecedores
 | 4.665 | 154 |

Obrigações com empregados e administradores
 6 | (786) | 493 |

Impostos, taxas e contribuições
 | 5.479 | 3.442 |

Impostos de renda e contribuição social pagos
 | (36.780) | (49.699) |

Partes relacionadas
 | 1.328 | (696) |

Outras obrigações e contas a pagar
 | 31 | - |

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais
 | 138.967 | 131.422 |

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Recebimento de principal sobre debêntures
 13 | 12.848 | 12.847 |

Recebimento de juros sobre debêntures
 13 | 12.2 |



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os ativos intangíveis referentes ao direito da concessão são amortizados pelo método linear, pelo valor remanescente da concessão, contados a partir da data de início da operação do ativo. Os demais itens dos ativos intangível, com vida útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

A Companhia reconhece um intangível da concessão à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente.

2.9. Provisão para recuperação de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias operacionais, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de realização.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.10. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.11. Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota		
		Receitas de pedágio	Demais receitas	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%	4,00%
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza	ISS	5,00%	-	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 (R1), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício inclui o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.12. Benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas à medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não concede plano de benefício pós empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.14. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.15. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e instrumentos com característica de hedge. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo de acordo com os custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são os empréstimos e financiamentos.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação

quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

2.16. Custos de empréstimos e financiamentos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.17. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam afetar o resultado por ação.

2.18. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Participação nos lucros e resultado ("PLR")

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.19. Novos procedimentos contábeis e melhorias emitidos pelo IASB:

O *International Accounting Standards Board* - IASB publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

- a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018: IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento): Introduz novos requerimentos de classificação, mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Administração entende que as novas orientações do IFRS 9/CPC 48 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos e passivos financeiros. A Companhia não prevê impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido, exceto pelo efeito da aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da IFRS 9/CPC 48, onde aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida das contas a receber. Até as alterações mais recentes, a Companhia estima que não haverá impacto relevante pela mudança de modelo de perdas incorridas para perdas esperadas.

- IFRS 15/CPC 47 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento): Estabelece um único modelo contendo 5 passos a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15/CPC47, as receitas são reconhecidas ao valor que reflète a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A nova norma substitui a IAS 18/CPC 30(R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17(R1) - Contratos de Construção e correspondentes interpretações. A Administração avaliou suas receitas tarifárias e não tarifárias e concluiu que as novas orientações do IFRS 15/CPC 47 não trarão impactos no reconhecimento das receitas da Companhia, uma vez que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho.

- b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019: IFRS 16/CPC 06(R2) - Leasing: Estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substitui a IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações, no Brasil essas alterações são tratadas como revisão do CPC 06.

3. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Companhia detém concessão de operação e exploração da via expressa denominada Linha Amarela, por meio da cobrança de pedágio. O contrato de concessão foi assinado em dezembro de 1994, concessão que foi outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Após período de construção, a via foi inaugurada e teve a cobrança de pedágio iniciada em janeiro de 1998, por um prazo de 162 meses (13,5 anos). O contrato de concessão prevê o reajuste anual na tarifa de pedágio no 1º dia de cada ano com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial ("IPCA-E").

Em janeiro de 1999, foi assinado o 5º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu a construção do Lote IV da Linha Amarela (trecho que vai do Viaduto Sampaio Corrêa até a Ilha do Fundão), estimada em R\$62.850, com contrapartida na prorrogação do prazo de concessão para um total de 300 meses (25 anos), se estendendo até 2022.

Em 14 de maio de 2010, foi assinado o 11º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu novas obrigações determinadas pela Prefeitura, estimadas em R\$251.698, para a realização de obras e outras intervenções, visando principalmente a melhoria da fluidez viária, como segue:

- Construção de um viaduto na Abolição conectando os trechos da Rua Abolição;
- Construção de 2 viadutos em Bonsucesso, ligando as Av. Itaoca e Av. Demétricos às Av. Londres e Rua Aguiar Moreira;
- Viadutos de interseção nas Av. Américas e Av. Salvador Allende;
- Alargamento da pista marginal da Av. Brasil, sentido centro, no trecho em frente à Flocruz e remodelagem da baía de ônibus existente no mesmo trecho;
- Recuperação do pavimento na Linha Vermelha;
- Colocação de painéis de proteção na Linha Amarela e na Linha Vermelha;
- Construção de pista na Av. Ayrton Senna, sentido Barra, interligando a ponte Arroio Fundo ao viaduto existente sobre a Av. Emb. Abelardo Bueno;
- Ampliação do viaduto de Manginhos e de seus acessos; e
- Urbanização de parques lineares em torno da via.

Como contrapartida destes investimentos, que foram realizados e concluídos pela Companhia, o Poder Concedente prorrogou o contrato de concessão por mais 15 anos, estendendo até 2037, e reajuste da tarifa em 2,32% acima da variação do IPCA-E entre 2012 e 2015.

A Companhia possui compromisso contratual de assegurar que o serviço de operação da Linha Amarela (RJ) seja prestado de forma a garantir a qualidade e segurança, satisfazendo, durante toda a vigência do Contrato, as condições de regularidade, continuidade, eficiência, conforto, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na atendimento e modicidade das tarifas. A qualidade dos serviços prestados é avaliada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Taxa média	Venci-Indexador	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	-	-	7.274	8.494
Fundo de investimento CAIXA Mover (a)	97%	nov/26	-	-
Letras financeiras do tesouro	-	SELIC	6.976	21
Certificados de depósito bancário - CDB	-	DI	-	1.403
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	-	IPCA	1.643	8
Certificados de Depósitos bancários - CDB	-	-	3.731	26.468
			19.624	36.394

(a) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, sem risco de mudança significativa de valor. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, e também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do Fundo são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Em 31 de dezembro de 2017, eram partes integrantes deste fundo a INVEPAR, LAMSA, METRÓRIO, METROBARRA, CLN e VIA040. Apesar do vencimento ser de longo prazo as quotas do fundo podem ser resgatadas a qualquer momento. As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a 3 meses contados das datas das respectivas aplicações. Em 31 de dezembro de 2017 a taxa média de rentabilidade destas aplicações é de 100,80% do CDI (100,80% do CDI em 31 de dezembro de 2016).

5. CONTAS A RECEBER

	31/12/2017	31/12/2016
AVI (*)	14.562	16.231
Vale pedágio	6	116
Outros recebíveis	48	566
	14.634	16.913

(*) Referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 33 dias.

Através da adesão aos meios de pagamentos supracitados, o usuário tem passagem expressa na praça de pedágio, utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas da via.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	14.629	13.518
Vencidos de 30 até 90 dias	5	1.460
Vencidos de 91 até 180 dias	-	394
Vencidos de 151 até 180 dias	-	1.541
	14.634	16.913

A Companhia não constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), reconhecendo como perda definitiva (crédito não recuperado) após decorridos 365 dias do reconhecimento do crédito, sendo o prazo médio de recebimento é de 33 dias.

Durante o exercício de 2017, a Companhia reconheceu R\$5.973 (R\$3.803 em 31 de dezembro de 2016) como perda definitiva.

6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Natureza	31/12/2017	31/12/2016
Participação nos lucros e resultado (PLR)	588	708
Provisões para riscos	375	253
Provisões não dedutíveis	380	462
Variação cambial e instrumentos financeiros derivativos	(1.751)	(1.089)
Amortização de Direito de Concessão (*)	(2.265)	(2.378)
Margem de construção (*)	(2.395)	(2.515)
Margem de construção (Lei 12.973/14)	(221)	(178)
	(5.289)	(4.737)
Impostos diferidos - Ativo	1.343	1.423
Impostos diferidos - Passivo	(6.632)	(6.159)

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante a vigência do Regime Tributário de Transição ("RTT"), até 31/12/2014, são constituídos sobre a margem de construção e amortização do direito de concessão e são amortizados em quotas fixas mensais no valor de R\$19 pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	31/12/2017
2018	1.005
2019	38
2020	38
2021	38
2022	38
2023 a 2025	113
2026 em diante	73
	1.343

b) Tributos a recolher

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social	11.697	6.444
Tributos em parcelamento (*)	1.126	1.032
PIS e COFINS	1.016	1.008
ISS	1.437	1.208
IRRF e CSRF	879	811
INSS sobre terceiros	170	60
Total circulante	16.325	10.563
Tributos em parcelamento (*)	2.346	3.181
Total não circulante	2.346	3.181

(*) Os tributos em parcelamento referem-se ao débito de Imposto de Renda e Contribuição Social dos anos calendários 2013 e 2014, junto a Receita Federal do Brasil no período de 60 meses, foram devidamente registrados no resultado de 2015 e possuem o seguinte fluxo de vencimento:

	31/12/2017
2019	1.0



Linha Amarela S.A. - LAMSA
CNPJ nº 00.974.211/0001-25



c) Imposto de renda e contribuição social no resultado
A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	141.065	127.969
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(47.962)	(43.509)
Adições permanentes	(1.194)	(587)
Juros sobre capital próprio - JSCP	1.757	1.693
Outros	1.002	1.063
Total dos impostos no resultado	(46.397)	(41.340)
IR e CSLL correntes	(45.844)	(41.091)
IR e CSLL diferidos	(553)	(249)
Alíquota efetiva	32,89%	32,30%

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2017	31/12/2016
Civil	2.772	91
Tributário (a)	3.132	2.990
Trabalhista	19	161
Bloqueios judiciais	51	28
	5.974	3.270

(a) Em 2000, a Companhia efetuou o pagamento de juros sobre capital próprio para o acionista BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações, retendo deste e recolhendo, indevidamente, o montante referente à Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Diante da inapropriada retenção de imposto, efetuou o complemento do pagamento ao referido acionista e compensou o valor recolhido ao fisco.

Em agosto de 2006, a 5ª Vara Federal de execução fiscal, expediu mandado intimando a Companhia a efetuar o pagamento de R\$1.439 referente à compensação fiscal acima mencionada, o qual foi atendido através do depósito judicial realizado em setembro de 2006. A Administração da

Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, entende que o processo no qual esse depósito está vinculado possui expectativa de perda remota, não sendo necessária a constituição de provisão para riscos.

8. PARTES RELACIONADAS
As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo Invepar, sejam elas acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes que refletem as condições praticadas no mercado, aprovada pelos órgãos da Administração e divulgadas nas demonstrações contábeis. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Parte relacionada

Transação	Ativo	Passivo	Resultado
INVEPAR Compartilhamento de despesas (a)	-	1.877	(8.491)
INVEPAR Dividendos/JSCP	-	4.393	-
CART Compartilhamento de despesas (a)	-	41	-
PEX Compartilhamento de despesas (a)	-	-	-
PEX Passagem pista AVI-PEX	26	-	-
METRÓRIO Compartilhamento de despesas (a)	-	33	-
METRÓRIO Debêntures (b)	12.848	108.133	12.244
Total	12.874	108.207	12.244 (8.491)

Parte relacionada

Transação	Ativo	Passivo	Resultado
INVEPAR Compartilhamento de despesas (a)	-	548	(6.264)
INVEPAR Dividendos/JSCP	-	5.972	-
CART Compartilhamento de despesas (a)	41	-	-
PEX Compartilhamento de despesas (a)	26	-	-
PEX Passagem pista AVI-PEX	1.469	-	-
PEX Compartilhamento de despesas (a)	33	5	-
METRÓRIO Compartilhamento de despesas (a)	-	-	-
METRÓRIO Debêntures (b)	12.848	120.981	15.713
Total	14.417	120.981	6.525 15.713 (6.264)

(a) Serviços compartilhados: referem-se ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

(b) Em 31 de julho de 2012, a Companhia efetuou a aquisição de debêntures no montante de R\$154.170, não conversíveis em ações, do METRÓRIO, empresa controlada pela Invepar. Estas debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% a.a.

Descrição	31/12/2016	Principal recebido	Juros recebidos	Juros incorridos	Transferência	31/12/2017
Ativo circulante						
Debênture LAMSA x METRÓRIO	12.848	(12.848)	(12.244)	12.244	12.848	12.848
Total	12.848	(12.848)	(12.244)	12.244	12.848	12.848
Ativo não circulante						
Debênture LAMSA x METRÓRIO	120.981	-	-	(12.848)	108.133	108.133
Total	120.981	-	-	(12.848)	108.133	108.133
Total debêntures	133.829	12.848	(12.244)	12.244	-	120.981

Descrição	31/12/2015	Principal amortizado	Juros amortizados	Juros incorridos	Transferência	31/12/2016
Ativo circulante						
Debênture LAMSA x METRÓRIO	12.848	(12.847)	(16.061)	16.061	12.847	12.848
Total	12.848	(12.847)	(16.061)	16.061	12.847	12.848
Ativo não circulante						
Debênture LAMSA x METRÓRIO	133.828	-	-	-	(12.847)	120.981
Total	133.828	-	-	-	(12.847)	120.981
Total debêntures	146.676	(12.847)	(16.061)	16.061	-	133.829

Remuneração da Administração
A remuneração do pessoal chave do administrativo está composta por honorários e benefícios, no montante de R\$2.357 em 31 de dezembro de 2017 (R\$2.326 em 31 de dezembro de 2016).

Composição

	31/12/2017	31/12/2016
Pró-labore	898	1.347
Encargos	367	333
Bônus	842	320
Outros benefícios de curto prazo	250	326
Total	2.357	2.326

Em 28 de abril de 2017, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$ 5.566 (R\$2.347 em dezembro de 2016).

9. IMOBILIZADO

	Médias ponderadas anuais de depreciação %	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2017
Custo						
Etiquetas eletrônicas	20	274	-	(274)	-	-
Instalações	9	3.834	-	-	-	3.834
Máquinas e equipamentos	9	18.354	93	-	1	18.448
Móveis e utensílios	9	1.975	29	-	(1)	2.004
Veículos	20	5.936	139	(507)	170	5.737
Benefeitorias	4	3.758	-	-	-	3.759
Equipamentos de informática	20	5.879	177	(1)	-	6.056
Imobilizado em andamento		4.818	737	-	(4.510)	1.044
Total		44.828	1.174	(782)	(4.340)	40.882
Depreciação						
Etiquetas eletrônicas		(244)	(3)	247	-	-
Instalações		(3.004)	(165)	-	-	(3.169)
Máquinas e equipamentos		(7.164)	(1.681)	-	-	(8.844)
Móveis e utensílios		(550)	(177)	-	-	(728)
Veículos		(3.817)	(725)	417	-	(4.126)
Benefeitorias		(1.213)	(150)	-	-	(1.363)
Equipamentos de informática		(3.406)	(694)	1	-	(4.100)
Total		(19.398)	(3.595)	665	-	(22.330)
Imobilizado líquido		25.430	(2.421)	(117)	(4.340)	18.552

	Médias ponderadas anuais de depreciação %	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016
Custo						
Etiquetas eletrônicas	20	274	-	-	-	274
Instalações	10	3.559	7	(12)	280	3.834
Máquinas e equipamentos	10	12.120	551	(243)	5.926	18.354
Móveis e utensílios	10	1.297	91	(122)	709	1.975
Veículos	20	4.800	1.374	(238)	-	5.936
Benefeitorias	4	3.609	101	(21)	69	3.758
Equipamentos de informática	20	4.202	130	(311)	1.858	5.882
Imobilizado em andamento		13.079	581	-	(8.842)	4.818
Total		42.940	2.835	(947)	-	44.828
Depreciação						
Etiquetas eletrônicas		(223)	(21)	-	-	(244)
Instalações		(2.844)	(172)	12	-	(3.004)
Máquinas e equipamentos		(5.964)	(1.311)	109	2	(7.164)
Móveis e utensílios		(508)	(126)	84	-	(550)
Veículos		(3.253)	(785)	221	-	(3.817)
Benefeitorias		(1.074)	(146)	7	-	(1.213)
Equipamentos de informática		(3.219)	(491)	306	(2)	(3.406)
Total		(17.085)	(3.052)	739	-	(19.398)
Imobilizado líquido		25.855	(217)	(208)	-	25.430

Redução do valor recuperável de ativos
De acordo com o CPC01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de provisão para redução do valor do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não havia bens do ativo imobilizado dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

10. INTANGÍVEL

	Prazo de vida útil	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2017
Custo						
Software	5 anos	7.419	-	-	-	7.419
Direitos de concessão	(a)	552.163	-	-	-	552.163
Intangível em construção (b)		279	18.861	-	4.340	23.480
Total		559.861	18.861	-	4.340	583.062
Amortização						
Amortização acumulada software		(5.612)	(617)	-	-	(6.229)
Direitos de concessão		(178.723)	(17.792)	-	-	(196.515)
Total		(184.335)	(18.409)	-	-	(202.744)
Intangível líquido		375.526	452	-	4.340	380.318

	Prazo de vida útil	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016
Custo						
Software	5 anos	6.084	387	(15)	963	7.419
Direitos de concessão	(a)	468.906	28.525	(110)	54.842	552.163
Intangível em construção		53.728	2.356	-	(55.805)	279
Total		528.718	31.268	(125)	-	559.861
Amortização						
Amortização acumulada software		(5.129)	(498)	15	-	(5.612)
Direitos de concessão		(164.152)	(14.656)	85	-	(178.723)
Total		(169.281)	(15.154)	100	-	(184.335)
Intangível líquido		359.437	16.114	(25)	-	375.526

(a) Prazo de remanescente da concessão, interesse a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 31 de dezembro de 2037, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota Explicativa 01. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

(b) Trata-se do cumprimento das exigências estabelecidas no contrato de concessão para obtenção do direito de cobrar pedágio. As adições por transferências tratam de custos originalmente reconhecidos no imobilizado em construção e transferidos para melhor classificação contábil no momento da ativação.

Redução do valor recuperável de ativos
De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecer para redução do valor do ativo intangível em 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não havia bens do ativo intangível dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o saldo de empréstimos estava composto da seguinte forma:

Objeto	Indexador	Juros anuais	Vencimento	Taxa efetiva	31/12/2017		
					Circulante	Não circulante	Total
Itaú	USD	3,298%	07/08/2018	2,541%	19.202	-	19.202
Santander	USD	5,161%	16/03/2020	5,161%	13.485	19.474	32.959
Custo de captação					(39)	-	(39)
Total					32.648	19.474	52.122

Objeto	Indexador	Juros anuais	Vencimento	Taxa efetiva	31/12/2016		
					Circulante	Não circulante	Total
Itaú	USD	3,298%	07/08/2018	3,389%	19.165	18.669	37.834
Santander	USD	5,161%	16/03/2020	5,161%	13.484	31.977	45.461
Custo de captação					(135)	(35)	(170)
Total					32.514	50.611	83.125

Descrição	31/12/2016	Captações	Amortização principal	Variação cambial	Juros incorridos	Juros pagos	Custo de captação amortizado	Transferência	31/12/2017
Itaú (a)	19.165	-	(17.873)	202	229	(444)	-	17.924	19.203
Santander (b)	13.484	-	(12.340)	140	1.938	(2.098)	-	12.361	13.485
Custos a amortizar	(135)	-	-	-	-	-	123	(27)	(39)
Total	32.514	-	(30.213)	342	2.167	(2.542)	123	30.258	32.649

Descrição	31/12/2015	Captações	Amortização principal	Variação cambial	Juros incorridos	Juros pagos	Custo de captação amortizado	Transferência	31/12/2016
Itaú (a)	18.669	-	-	(745)	-	-	-	(17.924)	-
Santander (b)	31.977	-	-	(143)	-	-	-	(12.361)	19.473
Custos a amortizar	(35)	-	-	-	-	-	8	27	-
Total	50.611	-	-	(888)	-	-	8	(30.258)	19.473

Descrição	31/12/2015	Captações
-----------	------------	-----------



Linha Amarela S.A. - LAMSA
CNPJ nº 00.974.211/0001-25



Cláusulas restritivas

Empresa	Dívida	Covenants	Limite	Apuração
		ICSD	≥ 1,3	Anual
	2ª Emissão de Debêntures (CEF)	DL/EBITDA	≥ 2	Trimestral ⁽¹⁾
LAMSA		EBITDA/DFL	≥ 1,5	Trimestral ⁽¹⁾

(1) A quebra do *Covenants* só ocorrerá no caso de descumprimento do índice no período de 12 meses.

Durante o prazo de vigência das debêntures será considerada um evento de inadimplemento a não observância e não manutenção dos seguintes índices financeiros mínimos, a partir da data de emissão: (1) EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas limite mínimo 1,5 (um inteiro e cinco décimos); (2) Dívida Líquida / EBITDA limite máximo 2,0 (dois inteiros); e (3) ICSD limite mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos). A falta de cumprimento pela Companhia dos índices anteriormente mencionados somente ficará caracterizada quando verificada nas suas informações financeiras trimestrais e auditadas por, no mínimo, 2 (dois) trimestres civis consecutivos, ou, ainda, por 2 (dois) trimestres civis não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2017, as cláusulas restritivas foram atendidas.

13. PROVISÃO PARA RISCOS OPERACIONAIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, cujas perdas foram consideradas como prováveis, como segue:

Natureza dos riscos	Saldo em 31/12/2016	Adições	Reversões/Pagamentos	Saldo em 31/12/2017
Cíveis	308	340	(174)	474
Trabalhistas	437	289	(97)	629
Total	745	629	(270)	1.103

Natureza dos riscos	Saldo em 31/12/2015	Adições	Reversões/Pagamentos	Saldo em 31/12/2016
Cíveis	379	95	(166)	308
Trabalhistas	155	726	(444)	437
Total	534	821	(610)	745

a) Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de acidentes e incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

Em 31 de dezembro de 2017, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$7.503 (R\$5.341 em dezembro de 2016).

b) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e ex-colaboradores terceirizados, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de verbas rescisórias, reintegração, equiparação salarial, dentre outros, sendo os pedidos de ex-colaboradores terceirizados, em sua maioria, de responsabilidade subsidiária.

Em 31 de dezembro de 2017, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$1.641 (R\$1.497 em dezembro de 2016).

c) Riscos tributários

A Companhia é parte em processos de natureza tributária, relativa ao Auto de Infração lavrado pela Receita Federal referente a retenção e recolhimento de valores pagos a maior a título de IRPJ no período de setembro/2004, com valores de IRPJ pagos no período de dezembro/2004, classificado em totalidade com prognóstico de perda possível em seu montante total de R\$ 24 (R\$ 22 em 31 de dezembro de 2016.)

A Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende que não existe a necessidade de ser constituída provisão para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisão desfavorável, dada classificação de risco como remota.

Em 31 de dezembro de 2017, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$2.187 (R\$2.063 em dezembro de 2016).

d) Riscos administrativos

A Companhia é parte em processo administrativo com manifestação de inconformidade ao despacho decisório nº 825049050, que não homologou a PER/DCOMP nº 30450.01505.310105.1.3.04-2054, referente à compensação de valores pagos a maior a título de IRPJ no período de setembro/2004, com valores de IRPJ pagos no período de dezembro/2004, classificado em totalidade com prognóstico de perda possível em seu montante total de R\$ 24 (R\$ 22 em 31 de dezembro de 2016.)

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é de R\$54.118, divididos em 155.782.236 ações, sendo 51.927.409 ações ordinárias e 103.854.827 ações preferenciais, sem valor nominal e não conversíveis entre si.

b) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da lei das sociedades por ações. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o saldo dessa reserva apresenta o montante de R\$10.824, já atingindo o limite máximo de 20% do capital social da Companhia.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia prevê pagamento de dividendos anuais de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, o Estatuto Social determina que a Companhia poderá levantar balanços semestrais e sobre estes determinar o pagamento de dividendos e juros sobre capital, sendo esta uma atribuição conferida ao Conselho de Administração.

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório foi realizado conforme abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	94.669	86.629
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	23.667	21.657
Dividendos propostos	18.498	-
Dividendos antecipados	-	21.739
Juros sobre capital próprio	5.169	4.980
Dividendos adicionais a distribuir	71.002	59.910

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$59.910, referente ao Dividendos adicionais referente a 2016 foi quitado.

Em 11 de dezembro de 2017, a Companhia proviou o montante de R\$5.169 referente a juros sobre capital próprio ("JSCP"), com base no resultado acumulado até 31 de outubro de 2017, onde foi retido R\$776 de IRRF, e adicionalmente, propôs R\$ 18.498 em complemento ao dividendo mínimo obrigatório.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo a pagar é de R\$4.393 do JSCP de 2017, líquido do imposto de renda.

As ações preferenciais não tem direito a voto e tem direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta de pedágio	292.551	282.799
Receita de construção	15.403	31.268
Deduções da receita	(25.430)	(24.671)
Receita líquida	282.524	289.396

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se basicamente: (i) às isenções de pedágio que não atendem aos critérios de reconhecimento da receita contábil, porém são incluídas na base tributária; e (ii) Receita de construção e o custo de construção (nota explicativa 17), sendo da aplicação do ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), serão tributados no momento da realização do intangível.

16. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal e encargos	(35.250)	(35.651)
Conservação e manutenção	(9.294)	(16.202)
Comunicação, marketing e publicidade	(342)	(154)
Seguros e garantias	(1.508)	(1.640)
Serviços de terceiros	(4.363)	(4.363)
Veículos	(994)	(890)
Consultoria e assessoria	(793)	(339)
Aluguéis	(164)	(419)
Impostos e taxas	(79)	(282)
Energia elétrica	(4.612)	(3.544)
Perda efetiva contas a receber	(5.973)	(3.803)
Provisão para riscos processuais	(358)	(211)
Partes relacionadas	(8.491)	(6.264)
Depreciação e amortização	(22.004)	(18.206)
Custo de construção	(15.250)	(31.081)
Outros	(5.111)	(3.381)
Custos e despesas totais	(113.182)	(126.480)
Custo de serviços prestados	(66.791)	(69.799)
Custo de construção	(15.250)	(31.081)
Despesas gerais e administrativas	(32.056)	(27.452)
Outras despesas operacionais, líquidas	915	1.852
Custos e despesas totais	(113.182)	(126.480)

17. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2017	31/12/2016
Desconto obtidos	26	13
Juros sobre aplicações financeiras	1.683	1.261
Varição monetária ativa	136	191
Varição cambial ativa	5.722	31.518
Juros sobre debêntures	12.244	15.713
Total receitas financeiras	19.811	48.696
Comissões e despesas bancárias	(491)	(223)
Variações cambiais passivas	(5.177)	(16.808)
Variações monetária passiva	(346)	(465)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	(7.674)	(22.057)
Juros passivos	(3.396)	(750)
Juros sobre empréstimos e debêntures	(30.712)	(42.860)
Outros	(291)	(480)
Total despesas financeiras	(48.088)	(83.643)
Resultado financeiro líquido	(28.277)	(34.946)

18. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básicos e diluído por ação:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	31.553	63.116	94.669	28.873	57.756	86.629
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações	51.927	103.855	155.782	51.927	103.855	155.782
Resultado básico e diluído por ações (em reais - R\$)	0,608	0,608	0,608	0,556	0,556	0,556

19. SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência	Seguradora	Objeto
Garantia	25.132	19/12/17 a 19/12/18	Pottencial	(a)
Responsabilidade civil geral	100.000	01/08/17 a 01/08/18	Tokio Marine	(b)
Riscos operacionais	280.000	01/08/17 a 01/08/18	Tokio Marine	(c)
Automóvel frota	Tabela FIPE	29/11/17 a 29/11/18	Itaú	-
			XL Seguros	-
D&O	100.000	20/03/17 a 20/03/18	Brasil	-

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

(a) Garantir o cumprimento das obrigações oriundas do contrato de concessão nº 513/94 datado em 09 de dezembro de 1994 e do 11º Termo Aditivo, compreendendo a operação e manutenção da via do subtrecho da Linha Amarela entre a Cidade de Deus (KM 6) e o viaduto Sampaio Corrêa (KM 21) e a Ilha do Fundão.

(b) Garantir até o limite máximo da importância segurada perdas resultantes de danos corporais e materiais causados a terceiros, decorrentes da operação da empresa segurada, desde que sejam involuntários e acidentais. O seguro garante o pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou despendidas pelo segurado, nas reparações de danos involuntários, materiais e /ou corporais causados a terceiros, e /ou nas ações emergências empreendidas, com objetivo de evitá-lo ou minerar seus efeitos.

(c) Garantir até o limite máximo da importância segurada danos acidentais causados aos veículos segurado, que o Segurado venha a sofrer em consequência dos riscos cobertos aos bens segurados, enquanto estiverem nos locais definidos na apólice. Condição igualmente aplicável quando realização de obras de reforma e /ou ampliação. Garantir também o limite máximo da indenização a cobertura de Lucros Cessantes pela perda temporária de receita, decorrente da interrupção das atividades causadas por danos materiais à empresa segurada.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa da valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2017 e de 2016 correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão apresentados a seguir:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Instrumentos financeiros Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	11.005	-	34.962	-
Aplicações financeiras	8.620	-	1.432	-
Créditos a receber	-	14.634	-	16.913
Debêntures	-	120.981	-	133.829
Partes relacionadas	-	100	-	100
Total do ativo	19.625	135.715	36.394	150.842
Passivos				
Fornecedores	-	7.562	-	2.897
Partes relacionadas	-	1.881	-	553
Empréstimos e financiamentos	-	52.122	-	83.125
Debêntures	-	308.369	-	341.704
Instrumentos financeiros derivativos	4.697	-	9.396	-
Total do passivo	4.697	369.934	9.396	428.279

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se aproximam do valor de mercado.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

• Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação da CDI, SELIC e IPCA. As taxas de juros das debêntures estão vinculadas à variação da TR.

c) Risco de taxa de câmbio

A Companhia gerencia seu risco de câmbio por meio de transações de *hedge* que devam ocorrer no período mínimo de doze meses. Transações para as quais haja incertezas são cobertas por *hedge* por prazo indeterminado. É política da Companhia negociar os termos dos derivativos designados na relação de *hedge*, mantendo uma correspondência com os termos dos itens objeto do *hedge* de modo a maximizar a eficácia do *hedge*. A Companhia mantém cobertura (*hedge*) para suas exposições a flutuações na conversão para reais de suas operações no exterior, mantendo empréstimos a pagar líquidos em moedas estrangeiras e utilizando *swaps* de moedas e contratos cambiais a termo.

A ADMINISTRAÇÃO

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros das debêntures, operações financeiras e empréstimos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
DI Ativo (% ao ano)	9,78%	7,34%	4,89%
DI Passivo (% ao ano)	9,78%	12,23%	14,67%
TR Ativo (% ao ano)	0,60%	0,75%	0,90%
TR Passivo (% ao ano)	0,60%	0,75%	0,90%
SELIC (% ao ano)	9,80%	7,35%	4,90%
IPCA Ativo (% ao ano)	2,95%	2,21%	1,48%

Fonte: CETIP, BACEN e IPEADATA

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

Operação	Risco	Cenário			
		31/12/2017	provável	A	B
Ativo financeiro					
Caixa e equivalente de caixa					
Carteira de depósito bancário	DI	3.731	364	273	182
Aplicações Financeiras					
Fundo mover					
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	6.976	684	513	342
Títulos públicos federais - NTNFB	IPCA	1.644	48	36	24
Debêntures METRÔRIO a receber	TR	120.981	726	544	363
Passivo financeiro					
Debêntures CEF	TR	308.369	1.850	2.313	2.775
Empréstimos - Itaú/Santander	DI	52.122	5.098	6.372	7.646
SWAP - Itaú	DI	4.697	459	574	689

f) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

g) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decor



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Linha Amarela S.A. - LAMSA
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Linha Amarela S.A. - LAMSA** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Linha Amarela S.A. - LAMSA** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Investigações do Ministério Público envolvendo a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis, que informa que desde setembro de 2016 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação *Greenfield*, e que envolvem a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas da Companhia. Até o presente momento não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir dessas investigações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.